



Ministério da Fazenda



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto os repasses a maior efetuados à Capaf e as ações judiciais que foram honradas pelo Banco porém de responsabilidade daquela Caixa de Previdência que totalizam R\$173.759 (R\$174.747 em 31.12.2015 e R\$172.095 em 30.06.2015). Atualmente, esses ativos se encontram totalmente provisionados (nota nº 8). O valor original e os ajustes efetuados foram adicionados/excluídos na base do IRPJ e CSLL. O respectivo crédito tributário está ativado.

- A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 13.b).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas e os classificados como remoto não requerem provisão e nem divulgação.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras. (nota nº 13.b).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 29.d).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas face a remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

p) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2016.

r) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

s) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 14.d). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Disponibilidades	43.319	37.685	40.945
Disponibilidade em moeda nacional	27.718	32.223	29.871
Disponibilidade em moeda estrangeira	15.601	5.462	11.074
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	614.999	309.995	691.737
Aplicações no mercado aberto	614.999	309.995	691.737
Total	658.318	347.680	732.682

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, forem iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Aplicações no mercado aberto	614.999	309.995	691.737

Posição Bancada	614.999	309.995	691.737
Letras financeiras do tesouro	380.001	59.997	40.003
Letras do tesouro nacional	90.000	-	351.736
Notas do tesouro nacional	144.998	249.998	299.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	94.529	111.881	91.596
Certificados de depósitos interfinanceiros	130.796	148.148	127.863
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(36.267)	(36.267)
Total	709.528	421.876	783.333

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$36.267 (R\$36.267 em 31.12.2015 e R\$36.267 em 30.06.2015), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação. As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no semestre R\$40.350 (R\$69.257 no 1º sem/2015) e estão registradas como rendas de TVM.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.06.2016	31.12.2015	30.06.2015
Carteira própria – livres	6.463.603	5.929.476	6.042.335
Títulos Públicos	5.036.086	4.363.492	4.290.313
Letras Financeiras do Tesouro	4.219.838	3.595.770	3.903.391
Letras do Tesouro Nacional	37.358	31.594	32.676
Notas do Tesouro Nacional	490.336	444.010	60.417
Certificados Financeiros do Tesouro	288.554	292.118	293.741
Títulos da Dívida Agrária	-	-	88
Títulos Privados	1.427.517	1.565.984	1.752.022
Debêntures	607.229	664.945	737.051
Cotas de Fundos de Investimento	136.324	141.176	166.904
Letras Financeiras	683.964	759.863	848.067
Vinculados a operações compromissadas	80.058	100.167	27.307
Títulos Públicos	80.058	100.167	27.307
Letras Financeiras do Tesouro	80.058	100.167	27.307
Vinculados a prestação de garantias	23.619	21.902	19.273
Títulos Públicos	23.619	21.902	19.273
Letras Financeiras do Tesouro	23.619	21.902	19.273
Total	6.567.280	6.051.545	6.088.915

Circulante	1.574.440	1.472.960	1.530.274
Não circulante	4.992.840	4.578.585	4.558.641

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 78,3% do total da Carteira (74,1% em 31.12.2015 e 71,2% em 30.06.2015). Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R\$19.977 (R\$18.718 em 31.12.2015 e R\$17.507 em 30.06.2015) estão vinculados às câmaras de compensação, BM&FBovespa e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R\$3.642 (R\$3.184 em 31.12.2015 e R\$1.766 em 30.06.2015) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento